



Mari Nogueira/Agência Senado

Protestos levam senadores a debater nova agenda do país

Concentrados diante do Congresso, manifestantes reivindicam temas diversos, como investigação de gastos com a Copa do Mundo e rejeição à PEC 37, que retira poder de investigação do Ministério Público

O Senado manteve as atividades ontem até depois da meia-noite, com pronunciamentos em Plenário sobre manifestações, como a que reuniu 35 mil pessoas diante do Congresso,

em protesto contra temas diversos, que incluem Ato Médico, “cura gay”, corrupção e PEC 37. Presidente da Casa, Renan Calheiros disse que os atos levam o Parlamento à

reflexão sobre uma nova agenda para o país. Apesar da maioria pacífica, ontem houve tentativa de invasão ao Itamaraty e depredação de bens públicos. **4 e 5**

José Cruz/Agência Senado



O ministro Antonio Patriota e o senador Ricardo Ferraço na audiência de ontem

Aliança do Pacífico é “êxito de marketing”, diz ministro

Para o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, a Aliança do Pacífico (bloco comercial formado por México,

Colômbia, Peru e Chile) não é uma ameaça para o Mercosul. Ele disse que o novo grupo tem “pouco ou nada” a acrescentar. **7**

Avança projeto sobre Banco da Terra

O pequeno agricultor que tomar recursos do Banco da Terra poderá ter 35 anos para quitar a dívida, e não 20 anos. A ampliação do prazo está no substitutivo de Waldemir Moka a projeto do Executivo, aprovado

ontem pela Comissão de Agricultura, que segue para Plenário. A proposta também permite financiamento a agricultor familiar que quiser comprar área de outros herdeiros da mesma propriedade. **8**



Marcos Viegueiro/Secom-MT

Comissão de Agricultura aprovou prazo de 35 anos para trabalhador sem-terra ou pequeno agricultor quitar dívidas

Planos de saúde vivem desequilíbrio financeiro, afirma diretor da ANS 3

Comissão contesta exclusividade do uso do domínio .amazon na internet 6

Supremo libera tramitação de proposta que limita novos partidos 2

Já aprovado, texto do Ato Médico recebe correção e beneficia farmacêuticos 3

Acordo de livre navegação comercial com uruguaios vai à promulgação 7

Por 7 votos a 3, ministros decidiram que projeto de lei que impõe restrições a novos partidos políticos pode continuar tramitando; Renan disse que ainda não se decidiu sobre retomada das discussões

STF libera debate de projeto que limita criação de partido

O PROJETO QUE limita a criação de novos partidos (PLC 14/2013) voltará a ser discutido no Senado. O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem o julgamento da ação que pretendia interromper a tramitação da proposta. Por 7 votos a 3, o STF decidiu pela continuidade do debate no Congresso.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que nenhuma decisão foi tomada a respeito do reinício da discussão do projeto.

O PLC 14/2013 chegou ao Senado em abril. Uma liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes, em resposta a um mandado de segurança apresentado pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), suspendeu a



Os ministros do STF na sessão em que decidiram liberar a tramitação do projeto

tramitação. Gilmar Mendes citou um aparente casuismo na proposta, em prejuízo de minorias políticas.

No julgamento do mérito no STF, iniciado há duas semanas, prevaleceu a divergência iniciada pelo ministro Teori Zavascki, que considerou impróprio o STF julgar a constitucionalidade

de meros projetos de lei.

Além de Teori, votaram pela liberação da tramitação Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Cármen Lúcia e Joaquim Barbosa.

Pela interrupção da discussão do projeto manifestaram-se Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Celso de Mello.

Para Rollemberg, texto deve ser arquivado

Autor do mandado de segurança que suspendeu a tramitação do projeto que cria restrições ao estabelecimento de novos partidos políticos, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que já era esperada a decisão do STF pela continuidade do debate no Congresso. O senador, porém, espera o arquivamento do PLC 14/2013, classificado por ele como casuista e inconstitucional.

— O tribunal estava avaliando se cabia ou não o controle prévio da constitucionalidade e entendeu que não, mas mesmo os ministros que se manifestaram contra o mandado de

segurança deram indicações muito claras de que o projeto é inconstitucional. Espero que prevaleça o bom senso e que, em função disso, esse projeto seja arquivado — declarou.

Para Rollemberg, a proposta “busca prejudicar um determinado grupo político em benefício de outro grupo político”, o que considera inaceitável na democracia. Vários senadores entenderam o projeto, cujo requerimento de urgência na Casa foi pedido em abril, como manobra do governo federal para prejudicar a oficialização do partido Rede Sustentabilidade, de Marina Silva.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou a liminar como “invasão” do Judiciário às prerrogativas da Casa, mas teve duas reuniões com Gilmar Mendes e o presidente da Câmara, Henrique Alves, para discutir a questão.

Em 30 de abril, um grupo de dez senadores esteve no STF para manifestar apoio à liminar de Gilmar. Rollemberg, em discurso em 13 de maio, defendeu o mandado de segurança, argumentando que a mera tramitação da proposta traria “prejuízos materiais irreparáveis aos partidos em formação”.

Magno Malta volta a defender redução da maioria penal

Qualquer pessoa, de qualquer faixa etária, que cometa um crime hediondo deve ser “colocada na maioria” para pagar as penas da lei, disse Magno Malta (PR-ES). Para o parlamentar, o estabelecimento de uma faixa etária sempre

vai causar problemas.

— Estabelecida a maioria em 16 anos, os bandidos vão usar os menores de 16 para cometer crimes ou assumir a culpa em seu lugar, e assim por diante — disse.

O senador também

defendeu a obrigatoriedade de o Estado construir centros de ressocialização para formação de campeões em esporte de alto rendimento. Esses centros, explicou o senador, ofereceriam acesso à saúde e educação aos jovens infratores.

Ana Rita afirma que assunto tem de ser tratado com prudência

Em pronunciamento ontem, a senadora Ana Rita (PT-ES) afirmou que a discussão sobre a redução da maioria penal deve ser tratada com prudência e sem apelos emocionais. A parlamentar disse lamentar o fato de que, sempre que há um crime cometido por adolescentes, o assunto ganhe notoriedade na mídia, nas

redes sociais e na sociedade, reacendendo o debate público.

— É necessário desmitificar uma série de afirmações propagandeadas junto à sociedade — afirmou.

Ana Rita ressaltou que a própria legislação já garante punição ao jovem infrator, prevendo desde medidas socioeducativas à privação de

liberdade por até três anos. A parlamentar disse que há uma confusão generalizada entre inimizabilidade e impunidade.

— Em vez de buscarmos as causas, debatem-se apenas as consequências, condenando justamente aqueles que já são vítimas notórias do Estado e da sociedade — protestou a senadora.

Programa Minha Casa Melhor tem forte adesão, diz Ana Rita

Mais de 12 mil famílias aderiram ao Programa Minha Casa Melhor, lançado pelo governo federal para estimular o financiamento de móveis e eletrodomésticos por beneficiários do Minha Casa, Minha Vida. A informação foi dada quarta-feira em Plenário pela senadora Ana Rita (PT-ES), que disse acreditar que o programa impulsionará a economia e democratizará o acesso a utensílios domésticos.

— Além de realizar o sonho da casa própria a milhões de brasileiros, agora o governo cria condições para que essas famílias tenham a casa mobiliada — disse.

Ana Rita ressaltou que a taxa de financiamento do Minha Casa Melhor, de 5% ao ano, está muito abaixo do mercado e permitirá que muitos tenham acesso ao crédito pela primeira vez.



Ana Rita diz que o novo programa vai impulsionar a economia

Anibal: ministro Fux acertou ao relaxar prisões no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) saudou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux de conceder uma liminar relaxando a prisão de 14 pessoas investigadas pela Polícia Federal no Acre.

O senador disse que havia se manifestado, junto com Jorge Viana (PT-AC), pelos direitos dos detidos, classificando de “intransigente” o comportamento das desembargadoras Denise Bonfim e Cezarinete Angelim, do Tribunal de Justiça do Acre, no processo.

— Elas abdicaram da discricção própria da magistratura para aderir à exposição comum aos políticos, que têm mandatos temporários e precisam de visibilidade diária para prestar contas de seus feitos aos eleitores.

Anibal afirmou que não houve preconceito de gênero em suas críticas às juízas.



Anibal relata clima de tribunal de exceção na Justiça do Acre

Saga de jangadeiros é tema de reportagem da Rádio Senado

A Rádio Senado transmite hoje às 18h a reportagem especial “Os cinco jangadeiros”, sobre cearenses que no Estado Novo fizeram uma travessia de Fortaleza ao Rio

de Janeiro para lutar por melhores condições de trabalho. Foram ouvidos pesquisadores, historiadores e cineastas. Haverá reprise no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sem votação de propostas, a sessão é aberta a pronunciamentos de senadores.

CRA Debate sobre agropecuária em Rondônia

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vai avaliar e debater a infraestrutura para o escoamento de safra e produtos da agropecuária, a revitalização da RO-387 e as atuais intervenções para a reconstrução da BR-364. Também deve discutir a implantação de um programa nacional de estradas vicinais. O evento ocorre na Câmara Municipal de Espigão do Oeste, em Rondônia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sustentabilidade de planos de saúde desafia ANS

Segundo diretor-presidente da agência, diminuição da margem de lucro afasta operadoras do mercado e as que ficam são alvo de crescentes reclamações de usuários

A SUSTENTABILIDADE DAS operadoras de planos privados de saúde é o maior desafio enfrentado, hoje, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O alerta foi feito pelo diretor-presidente da agência, André Longo Araújo de Melo, que prestou contas das ações desenvolvidas pela agência em 2012 em audiência pública conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

O desequilíbrio econômico-financeiro que assola o setor fica evidente, por exemplo, na discrepância entre o crescimento das despesas (R\$ 10,7 bilhões) e das receitas (R\$ 10,1 bilhões) entre 2011 e 2012. Das 1.538 operadoras inscritas na ANS, 120 estavam submetidas a monitoramento especial das

contas por um dirigente da agência ao final de 2012.

Reclamações

A crescente compressão das margens de lucro tem, segundo Longo, estimulado a saída de muitas operadoras do mercado. Se o dirigente constata tendência de melhor qualificação daquelas que resistem, também observa — com preocupação — aumento no número de reclamações de usuários, que totalizou 75 mil no ano passado. Atualmente, 17 operadoras estão com 120 planos de saúde com comercialização suspensa por determinação da ANS.

Na busca de uma melhor relação entre usuários e operadoras, a agência tem estimulado as empresas — segundo adiantou André Longo — a criarem ouvidorias e, assim, abrirem um canal

de negociação direta com os consumidores. Outra frente em que tem atuado é a de mediar os conflitos levados diretamente à ANS, que dá à operadora alvo da reclamação prazo de cinco dias para solucionar a queixa.

— Nosso índice de resolução de conflito chegou a 78,4% em 2012 — comentou André Longo, informando que os acessos ao site da agência (www.ans.gov.br) chegaram a mais de 1 milhão no período.

Longevidade

O reequilíbrio nas contas do setor pode ser a principal preocupação da ANS hoje, mas outros desafios com impacto equivalente também se impõem. Um deles é a longevidade da população, que repercute na questão econômico-financeira por exigir procedimentos mais complexos e caros para uma massa maior de usuários.

— A população com mais de 60 anos vai duplicar até 2030. Temos que nos preparar para isso — alertou o dirigente.

A incorporação de tecnologias; a falta de investimentos em prevenção; a heterogeneidade assistencial; o aumento da carteira de beneficiários, com a expansão da classe média, são fatores que também devem pressionar por mudanças na saúde suplementar.



Ao lado de Waldemir Moka, André Longo (E) presta contas da atuação da ANS

Números da saúde suplementar

Dados da ANS apontam diminuição no número de operadoras e crescimento das reclamações contra planos de saúde nos últimos anos

	PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	PLANOS ODONTOLÓGICOS
Beneficiários	47,9 milhões	18,6 milhões
Operadoras	1.121	417
Planos	55.145	4.721
coletivos	77%	82%
empresariais	63%	68%
por adesão	14%	73%
individuais	21%	17%
novos	85%	97%
antigos	15%	3%

RECLAMAÇÕES E INFORMAÇÕES

2010	417.931 ligações	30.865 reclamações
2011	660.974 ligações	54.178 reclamações
2012	1.016.419 ligações	75.916 reclamações

PRAZOS DE ATENDIMENTO A SEREM OBSERVADOS PELOS PLANOS

Consulta básica em pediatria, clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetria	7 dias úteis
Consulta nas demais especialidades médicas	14 dias úteis
Consulta/sessão com fonoaudiólogo	10 dias úteis
Consulta/sessão com nutricionista	10 dias úteis
Consulta/sessão com psicólogo	10 dias úteis
Consulta/sessão com terapeuta ocupacional	10 dias úteis
Consulta/sessão com fisioterapeuta	10 dias úteis
Consulta e procedimentos realizados em consultório/clínica com cirurgião-dentista	7 dias úteis
Serviços de diagnóstico por laboratório de análises clínicas em regime ambulatorial	3 dias úteis
Demais serviços de diagnóstico e terapia em regime ambulatorial	10 dias úteis
Procedimentos de alta complexidade	21 dias úteis
Atendimento em regime de hospital/dia	10 dias úteis
Atendimento em regime de internação eletiva	21 dias úteis
Urgência e emergência	Imediato
Consulta de retorno	A critério do profissional responsável pelo atendimento

Fonte: ANS

Fontes de financiamento à saúde são debatidas em audiência

O ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) por atendimentos prestados a usuários de planos privados também foi abordado na audiência. O diretor-presidente da ANS, André Longo, afirmou que a cobrança desses procedimentos das operadoras não vai resolver o problema de financiamento da saúde pública. Mais de 600 operadoras estão em situação de “dívida

ativa” por se recusarem a pagar a cobrança.

— A receita obtida com o ressarcimento nos últimos dois anos, repassada ao Fundo Nacional de Saúde, foi de apenas R\$ 154 milhões — informou Longo.

Pressionadas também pelo descompasso entre receitas e despesas, as operadoras privadas de saúde se lançam na mesma busca por uma fonte

alternativa de recursos. Uma solução pode ser o lançamento de um plano de previdência privada específica para o setor, o VGBL Saúde, desenvolvido pela ANS em conjunto com a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Segundo explicou o diretor, a ideia é que o produto seja adquirido por usuários jovens, que poupariam recursos para pagamento do plano de saúde no futuro.

Atualmente, o Ministério da Fazenda estaria avaliando o grau de isenção fiscal a ser concedida ao produto, com características próximas do VGBL previdenciário, que permite dedução do investimento no Imposto de Renda. A iniciativa deverá ser viabilizada por projeto de lei encaminhado ao Congresso.

— É uma forma inteligente de contribuir para o pacto

intergeracional [nos planos de saúde], pois o Estatuto do Idoso limita aumentos [na mensalidade] a partir dos 60 anos, que é onde cresce o impacto no setor — afirmou André Longo.

Participaram da audiência Eduardo Suplicy (PT-SP), Ana Rita (PT-ES), Ana Amélia (PP-RS), José Pimentel (PT-CE) e o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS).

Senadores corrigem texto final do Ato Médico, já aprovado

Os senadores aprovaram ontem uma modificação no texto final do projeto do Ato Médico, votado terça-feira, retirando das competências exclusivas dos médicos os exames citopatológicos e respectivos laudos. Com a alteração, profissionais como farmacêuticos poderão fazer os exames.

Antes do início da votação, a relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), informou um erro durante a

votação em Plenário. Apoiada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Lúcia Vânia pediu a correção do texto que seria encaminhado à sanção presidencial.

O projeto regulamenta a atividade médica, restringindo à categoria atos como a prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças. Apresentado em 2002 pelo então senador Benício Sampaio, o projeto já saiu do Senado, em

2006, na forma de substitutivo de Lúcia Vânia. Enviado à Câmara, foi modificado novamente e voltou ao Senado como novo substitutivo em 2009. Esse foi o texto que serviu de base ao projeto aprovado terça-feira.

Ao final da votação de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que o texto será novamente publicado antes de ser enviado à sanção da presidente Dilma Rousseff.



Lúcia Vânia propõe mudança na redação, com apoio de Antonio Carlos Valadares

Em dia de manifestações, Senado faz reflexão sobre rumos do país

Cerca de 35 mil pessoas defenderam bandeiras diversas na manifestação de ontem. O ato público, que teve momentos de muita tensão, como a tentativa de invasão do Palácio do Itamaraty, foi acompanhado por senadores que debateram o movimento até depois da meia-noite

APESAR DA MANIFESTAÇÃO que reuniu, segundo a Polícia Militar, cerca de 35 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, o Senado funcionou normalmente ontem. Pela manhã, as comissões se reuniram. À tarde e à noite, senadores se revezaram na tribuna para tratar de assuntos diversos e comentar as manifestações. Até depois da meia-noite, um grupo de parlamentares refletiu sobre os protestos que reuniram pelo menos 1 milhão de pessoas em cerca de cem cidades.

Além do maior número de manifestantes, o ato de ontem se diferenciou do de segunda pelo perfil dos presentes e pelo acirramento da tensão com as forças de segurança. Na primeira manifestação, que culminou com ocupação do teto do edifício do Congresso, predominaram os jovens. Ontem, a faixa etária se ampliou e até idosos e crianças estiveram na Esplanada.

Com a expectativa da presença de até 50 mil pessoas, foram convocadas várias unidades da Polícia Militar, entre as quais o Batalhão de Choque e a Cavalaria. Os policiais se

postaram em frente ao espelho d'água em frente ao Congresso e bloquearam a via N1 do Eixo Monumental, impedindo a passagem em direção ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A barreira em frente ao espelho d'água mostrou-se mais rígida do que na segunda-feira, quando alguns manifestantes chegaram a subir as rampas que dão acesso ao interior e ao topo do prédio principal. Também foram bloqueadas as abas laterais do teto, para impedir a chegada à marquise.

Embora a maior parte dos presentes ao gramado tenha mantido uma atitude respeitosa em relação à muralha de policiais, o sentimento expresso em palavras de ordem e refrões era de forte repulsa em relação a vários aspectos, como a atuação dos poderes públicos e a qualidade dos serviços prestados à população.

A princípio, o grupo que estava dentro do lago apenas hostilizou a PM com banhos d'água. Na sequência, porém, passou a lançar fogos de artifício e bombinhas do tipo "cabeção". Em várias tentativas de



Senadores ressaltaram em Plenário a necessidade de aprofundar o debate sobre as manifestações que tomam conta do país e que tiveram mais um capítulo ontem em frente ao Congresso

rompimento do cordão humano, os policiais reagiram com sprays de pimenta.

Outros grupos acenderam fogueiras no gramado e seguiram para o Itamaraty (leia no quadro azul). Também foram incendiados toldos na Esplanada e as vidraças da Catedral tornaram-se alvo, quando a manifestação se dispersava.

Os senadores que permaneciam no Plenário condenaram as depredações e pediram maior envolvimento da presidente Dilma Rousseff na resolução da onda de insatisfação que motivou os protestos.

Renan: atos propõem nova agenda para o país

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que o Parlamento continua aberto ao povo.

De acordo com ele, é preciso ter humildade e compreender que a política tem que se reinventar sempre.

— Quando a política não se reinventa, desfaz-se a utopia. Nada pode viver sem utopia. Nem mesmo a política — afirmou.

Renan disse que considera fundamental



Renan Calheiros: Parlamento continua aberto ao povo

elaborar uma nova agenda para o país a partir das manifestações, que,

para ele, são legítimas e democráticas. — A maior demonstração de humildade que o Parlamento pode dar, como Casa do povo, é exatamente estabelecer uma nova agenda em função das manifestações.

Mais cedo, Renan havia anunciado que pretendia receber representantes dos manifestantes para ouvir as reivindicações. Três jovens tentaram falar com o presidente do Senado. Eles chegaram a entrar na sala da Presidência,

mas o encontro não ocorreu porque não foi comprovado que estavam autorizados a falar em nome dos manifestantes.

O deputado André Vargas (PT-PR), primeiro-vice-presidente da Câmara, explicou que não foi possível ouvir pessoalmente os pleitos dos manifestantes em razão da dificuldade para identificar representantes. Ele reiterou, porém, que o Congresso está aberto ao diálogo com os participantes do protesto.

Protestos contra Ato Médico, "cura gay", corrupção e PEC 37

Os manifestantes de ontem começaram a chegar em frente ao Congresso por volta das 17h30. Com cartazes, narizes de palhaço ou máscaras, defendiam uma infinidade de bandeiras.

Algumas das causas de protesto eram a corrupção e a homofobia; os gastos da Copa do Mundo; a falta de recursos para o financiamento da saúde; o voto secreto; o projeto da "cura gay", que tramita na Câmara; e a PEC 37/2011, que restringe o poder de investigação do Ministério Público. A estudante Natália Diógenes foi à manifestação enrolada em uma bandeira do Brasil. Ela disse estar lá para "lutar pela nação e tentar mudar o que está errado".

— O país tem uma economia excelente, mas a população está sofrendo. A educação está cada vez pior, a segurança também.



Manifestantes defenderam bandeiras muito diversas em protesto

Muitos defendiam causas mais específicas, como Tatiane Novais, que é contra a PEC 33/2011. A proposta submete à avaliação do Congresso determinadas decisões do Supremo Tribunal Federal. Para Tatiane, as recentes manifestações fazem parte de uma evolução muito lenta e "boa parte dos manifestantes nem sabe exatamente por que está aqui, mas sabem que querem mudança".

Ou a biomédica Bruna Helena, que, junto com colegas de profissão, criticou o Ato Médico, projeto aprovado na quarta-feira pelo Senado.

— Todos os profissionais da área de saúde têm o direito de trabalhar. Nós também somos competentes para assumir responsabilidades. O Ato Médico é contra a saúde e a favor dos médicos — reclamou.



No Palácio do Itamaraty, houve quebra de vidros e tentativa de invasão, reprimidas pela PM

Itamaraty sofre tentativa de invasão

Na noite de ontem, parte da multidão que se reunia diante do Congresso começou a se deslocar para pontos próximos, como o Palácio do Itamaraty, onde houve quebra de vidros e tentativa de invasão, reprimidas pela Polícia Militar.

Os manifestantes também acenderam pequenas fogueiras em diversos pontos. A PM usou spray de pimenta e bombas de gás para conter as ações.

A PM estima o número de manifestantes em 35 mil — bastante superior aos 10 mil registrados na segunda-feira.

A maioria dos manifestantes era pacífica, reagia com gritos de "Sem violência!" e "Sem vandalismo!" e pedia que as

peças que queimavam cones de trânsito, pixavam edifícios, atiravam pedras e quebravam objetos mostrassem a cara, já que muitas delas estavam usando máscaras.

Um homem foi detido preventivamente por

tentar invadir o prédio da Câmara pela Chapelaria. Ele prestou depoimento na Coordenação de Polícia Judiciária, órgão do Departamento de Polícia Legislativa, acompanhado de um defensor público.



Cerca de 35 mil manifestantes se concentraram na Esplanada

Simon: manifestações no país repudiam a velha política



ocorrendo no país vieram para lutar contra um Brasil que "está doente e sofrido" há muito tempo. Para Simon, a constante formação de alianças partidárias em troca de favores por parte do governo foi uma tragédia e acabaria trazendo o povo às ruas mais cedo ou mais tarde.

Simon criticou o presidente do PT, Rui Falcão, por convocar a militância a participar da manifestação marcada para ontem em São Paulo, já que o movimento não é contra o PT nem contra Dilma Rousseff.

Cristovam afirma que Estado "vandaliza" vida dos brasileiros



protestavam em frente ao Congresso, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Estado brasileiro "vandaliza" a vida da população. Na opinião do senador, os "ingredientes" do levante popular foram acrescentados pouco a pouco pelos governantes, como tolerância com a corrupção, desigualdade social e políticas públicas equivocadas.

Para o parlamentar, o país precisa de uma reforma política, que poderia ser feita com uma constituinte exclusiva.

Paim rebate acusações de que protestos não têm pauta



concretas, avaliou Paulo Paim (PT-RS). Entre as reivindicações, estão a exigência de melhorias em transporte, saúde, educação e segurança.

O senador disse que o Palácio do Planalto tem de ouvir o que Ulysses Guimarães chamava de "a voz rouca das ruas".

Paim defendeu avanços nas políticas para aposentados e pensionistas, fim do voto secreto em todas as situações no Congresso e rejeição da PEC 37/2011, que retira poderes do Ministério Público.

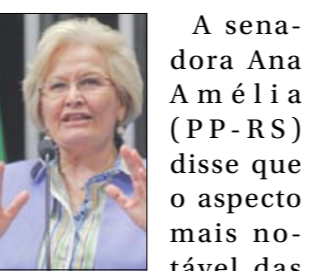
Taques: aumento de renda não levou a avanços nos direitos



frequência pelo governo federal da ocorrência de avanços sociais no país, nos últimos dez anos, devido à melhoria da renda da população mais pobre beneficiária dos programas sociais como o Bolsa Família.

Para o senador, o crescimento da renda entre os mais pobres não foi suficiente para que essa parcela da população deixasse de depender dos serviços públicos precários tais como o Sistema Único de Saúde (SUS), a escola pública ou o transporte coletivo.

Para Ana Amélia, o que mais chama a atenção é a ausência de líderes



A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que o aspecto mais notável das mobilizações populares que tomam conta do país é que são realizadas sem nenhuma liderança.

— O Brasil todo se mexeu e não há nenhuma bandeira de ninguém, de nenhum partido político, de nenhuma instituição, mesmo aquelas mais respeitadas, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB] e a Ordem dos Advogados do Brasil [OAB] e tantas outras que escreveram a história da democracia no país — afirmou a senadora, na tribuna.

Protestos mostram necessidade de reforma política, diz Rollemberg



dem reunir diferentes reivindicações, mas que todos esses pedidos guardam relação entre si. Na opinião do senador, as críticas são à política e às instituições e têm relação com a corrupção e com a necessidade de uma reforma política.

— São temas que estão vinculados ao combate à corrupção. E a corrupção é a praga que drena os recursos de serviços públicos essenciais da população, que é outra sorte de reivindicações dessas manifestações — afirmou.

Collor propõe isentar trabalhador do custeio do vale-transporte



o trabalhador de participação no custo do vale-transporte, hoje em 6%.

O senador ressaltou que o vale-transporte tornou-se a principal fonte de financiamento para o transporte urbano e é responsável por cerca de 50% do faturamento do setor. Ele disse que a parte custeada pelo trabalhador representa mais uma despesa no orçamento familiar já apertado.

Collor lembrou que o motivo que deflagrou as manifestações foi o aumento do valor das tarifas.

Gurgacz quer solução para reduzir tarifas do transporte público



pação no custo do vale-transporte. Atualmente, a parte do trabalhador é de 6%. A apresentação do projeto havia sido comunicada pouco antes por Fernando Collor (PTB-AL).

— Estamos estudando, juntamente com a consultoria do Senado, a criação do vale-transporte público. Ele disse também que a saúde é uma das principais bandeiras de seu mandato. — Como nos diz o clamor das ruas, mais do que estádios, precisamos de hospitais, de escolas e de profissionais qualificados.

Movimento popular já produziu resultados, considera Agripino



que vêm ocorrendo no país já produziram um resultado, que é a redução das tarifas de ônibus anunciada em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

— As manifestações já produziram o que nós, da oposição, não tivemos voto para fazer. Elas conseguiram segurar e, mais que isso, baixar a carga dos impostos — disse.

O senador afirmou que era impossível dizer onde iriam terminar as manifestações realizadas em diversas cidades do país ontem.

Povo espera ações concretas do Congresso, avalia Randolfe

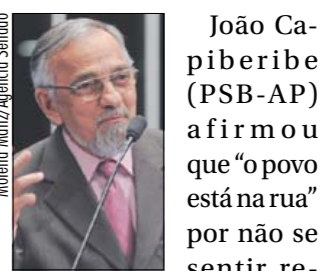


feições representam uma geração que busca colocar seus anseios na pauta legislativa.

— Depois não perguntem por que o povo quer invadir o Congresso. Espero que se tenha de nossa parte, aqui no Parlamento, ações concretas. Não adianta fazer pronunciamento apenas de solidariedade, como se não tivéssemos nada a ver com o que está acontecendo. Não basta isso — disse.

Randolfe lamentou a ação violenta de grupos isolados nas manifestações.

Capiberibe: população está na rua por não se sentir representada

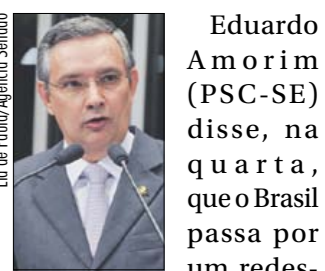


presentado pelos partidos políticos, pelos sindicatos, pela Justiça e demais instituições.

— É o povo brasileiro. É aquele que passa três, quatro horas dentro de um ônibus, para se deslocar da sua casa ao local de trabalho — disse.

Apesar dos avanços do país nos últimos 20 anos, afirmou Capiberibe, ainda há graves problemas em setores como saúde, educação, segurança pública, combate à corrupção e mobilidade urbana, entre outros.

Segundo Eduardo Amorim, o Brasil vive "redescobrimto"



cobrimto, com as manifestações populares em várias cidades indicando a insatisfação da população. Para ele, um novo modelo de desenvolvimento precisa ser adotado pelo governo, com práticas políticas marcadas pela transparência, participação popular e gestão pública eficiente e correta.

— Apoiamos as manifestações da juventude, desde que democráticas e pacíficas, sem atos de violência pelos seus promotores ou pelos responsáveis pela segurança dos estados.

Senadores se opõem a exclusividade de registro do domínio .amazon

Comissão de Relações Exteriores prepara documento sobre pretensão de empresa norte-americana e apoia organização de países da Amazônia

O PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), pediu que Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elabore um posicionamento oficial do colegiado sobre o pedido da empresa Amazon de exclusividade de uso do domínio .amazon na internet. O pleito da empresa dos Estados Unidos, criticado por senadores e embaixadores, foi tema de audiência pública na comissão ontem.

O pedido de registro está sendo avaliado pela Ican, sigla em inglês de Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números, e já foi contestado por Brasil e Peru. Caso seja aprovado, qualquer organização dos países que compõem a Amazônia Global que quiser registrar um site com o final .amazon terá de pedir autorização prévia da empresa norte-americana.



Ferraço (C) coordena debate com representantes de órgãos ligados a internet

Na audiência, a CRE aprovou voto de apoio e solidariedade aos membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), elaborado por Vanessa e relatado por Ana Amélia (PP-RS). Para a relatora, a exclusividade do domínio .amazon seria mais maléfica que a proteção de outras palavras que já entraram em brigas de patentes, como “cupuaçu”.

— Essa palavra engloba todo um bioma, contendo flora, fauna, produção extrativa, conhecimentos tradicionais, cultura, enfim: uma complexidade de componentes, muitos dos quais utilizam a palavra “amazônia” em sua denominação e cuja utilização poderia vir a ser ameaçada caso se propicie a exclusividade — afirmou Ana Amélia. A Ican abriu um processo

para registro de domínios de janeiro a abril de 2012. Segundo o representante do Brasil na Ican, embaixador Everton Lucero, foram feitos 1.930 pedidos, entre eles, o da empresa Amazon. De acordo com Lucero, durante o processo, é possível contestar os pleitos, como foi feito por Brasil e Peru.

O diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Benedicto Fonseca Filho, afirmou que já houve duas tentativas de consenso entre a empresa americana e os membros da OTCA, sem sucesso. A próxima tentativa será na reunião da Ican em Durban, na África do Sul, que será realizada em julho. Em agosto, a avaliação inicial de cada pedido feito à Ican deve ser concluída.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Malta pede solução para falta de telefonia em locais de produção

Malta critica falta de telefonia celular no Espírito Santo

Em pronunciamento no Plenário, na quarta-feira, ao falar sobre problemas nas telecomunicações no estado, Magno Malta (PR-ES) apoiou as manifestações populares que tomaram conta das ruas do país, inclusive no Espírito Santo. No entanto, o parlamentar classificou de “vândalos” os responsáveis pela destruição de prédios públicos, saques e violência.

— A esses, a lei tem que ser aplicada, porque vai descaracterizar um movimento bonito de uma população que foi para a rua ordeiramente dizer: “Olha, nós queremos redução na passagem de ônibus” — assinalou.

O senador destacou a participação pacífica dos capixabas nos protestos e defendeu a manifestação ordeira e organizada. Ele informou que, segundo a polícia militar, 20 mil pessoas participaram da passeata no Espírito Santo.

Malta disse que em muitos municípios do Espírito Santo ainda falta cobertura de telefonia celular. O problema se repete por cidades com até 3 mil habitantes. O parlamentar disse que marcou uma audiência com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para tratar do problema.

— Como, em um município importante, plantador de café, de onde saem riquezas, divisas para o estado de Espírito Santo, ainda hoje não se tem a possibilidade de ter o celular? — indagou.

Órgão segue leis norte-americanas

Fonseca Filho disse ainda que o Brasil mantém uma crítica à Ican pelo fato de ela estar constituída sob a legislação dos Estados Unidos. No caso de um litígio jurídico entre os países amazônicos e a empresa Amazon, quem decidiria seria um juiz da Califórnia.

— O governo brasileiro desde o início tem contestado isso.

O embaixador deixou

claro que não há um litígio entre a empresa Amazon e o governo brasileiro, mas contou que, em 2007, quando as regras para domínios estavam sendo discutidas, o Comitê Gestor de Governos da própria Ican recomendou que não fossem objeto de pedido nomes ligados ao patrimônio, geografia e cultura dos países. Segundo ele, isso não foi atendido.

Everton Lucero afirmou, no entanto, que como ainda não foi tomada nenhuma decisão de registro de domínios, não se pode dizer que a entidade vai desconsiderar as orientações do comitê gestor. Ele disse que levará todas as preocupações à alta direção da corporação e garantiu que a Ican levará em consideração as questões políticas envolvidas no caso.

Representante de países vê ameaça à soberania

Para o secretário-geral da OTCA, embaixador Robby Ramlakhan, depender de uma empresa comercial ameaça a soberania dos países.

— Para nós, oito países independentes, soberanos, pedir permissão para proteger a nossa identidade vai longe demais.

Vanessa anunciou a campanha, lançada quarta-feira, que recolhe assinaturas contra o pedido da Amazon. Para participar, basta acessar www.nossaamazonia.org.br. As assinaturas recolhidas serão entregues à Ican em reunião em Durban, na África do Sul.

Vanessa pede apoio para abaixo-assinado na internet

Em Plenário, Vanessa pediu o apoio dos demais senadores e da população em geral para a campanha Nossa Amazônia. Ela pediu que os colegas insiram o link da campanha nas páginas pessoais na internet. A senadora explicou que o movimento envolve oito países da região amazônica para

defender os direitos da região, os costumes e a história.

Vanessa também chamou a atenção para o potencial da região amazônica no desenvolvimento de produtos a partir da fauna e flora locais, como medicamentos, alimentos, cosméticos e outros.

— Acredita-se que a floresta

gigantesca guarda essências que serão a solução para graves doenças que atingem a humanidade — disse.

Atualmente, afirmou a senadora, 25% dos medicamentos comercializados em todo o mundo têm o princípio ativo ou a matéria-prima extraídos da floresta.



Marcos Oliveira/Agência Senado

A Amazônia contém essências para graves doenças, disse a senadora

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência pública, ministro das Relações Exteriores afirmou que o novo grupo comercial de países latino-americanos não representa ameaça para o Mercosul

Patriota: Aliança do Pacífico é êxito de marketing

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Antonio Patriota, minimizou a oposição entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico (bloco econômico recentemente criado, formado por México, Colômbia, Peru e Chile). Para o ministro, o Brasil não deve enxergar o grupo como “ameaça”.

— Talvez estejamos lidando com o êxito de marketing que a Aliança do Pacífico alcançou nos últimos meses, mais do que uma realidade nova ou que represente um desafio para os interesses brasileiros — afirmou.

O ministro tratou do assunto na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a declaração feita pelo assessor internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, de que a Aliança do Pacífico “não tira o sono do Brasil”. Para o senador, foi uma posição superficial a respeito das implicações geopolíticas, comerciais e econômicas da formação da aliança.

Brics

Patriota disse que o grupo que forma a Aliança do Pacífico tem características e inserção econômica semelhantes, como de acordos de livre comércio com os Estados Unidos. Assim, ele considerou natural o desejo de coordenação conjunta de interesses comuns.

Do mesmo modo, disse que o Brasil também se articula no plano internacional de diferentes formas — participa, por



O ministro Antonio Patriota fala no Senado sobre a Aliança do Pacífico

exemplo, do grupo conhecido como Brics (com a Rússia, Índia, China e África do Sul).

De forma prática, no entanto, o ministro considera que a aliança apenas conferiu “roupagem nova” a exercícios de aproximação que já existem no plano sub-regional, com “pouco ou nada” a acrescentar. Citou, como exemplo, que existe a meta de eliminação de 90% das tarifas de importação

entre os países membros, a mesma já definida desde 1980 na esfera da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

A audiência pública foi realizada a pedido dos senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Pedro Taques (PDT-MT). O debate foi coordenado pelo presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Ministro diz que Mercosul é a quarta economia mundial

O ministro Antonio Patriota disse que outros países da região desejam aderir ao Mercosul, sendo esse um atestado da força do bloco. Ele lembrou que a Venezuela foi a última nação a assinar o protocolo e que a Bolívia já manifestou interesse.

Os únicos que ainda estavam fora de contato — a Guiana e o Suriname — tornaram-se Estados associados.

— Isso representa interesse em participar de uma história de êxito, pois ninguém quer aderir ou se associar a um projeto que não esteja dando certo — afirmou.

Ao explicar por que o Brasil deixou de propugnar sua participação na Aliança do Pacífico, na condição de observador, o ministro das Relações Exteriores disse que o país fez melhor: defendeu que essa participação fosse feita por meio de representação do Mercosul, como está ocorrendo.

No conjunto, assinalou o ministro Antonio Patriota, o bloco constitui a quarta economia mundial. Desde sua criação, o volume anual de comércio entre os países-membros chegou a US\$ 48 bilhões, com crescimento de 290%.

Ele destacou que o Mercosul é o destino de sustentação das exportações de manufaturados do Brasil.

Para Anibal, Brasil acerta ao priorizar bloco econômico

Anibal Diniz (PT-AC) disse na audiência que o Brasil, ao optar pela valorização do Mercosul, em vez de aproximar-se da Aliança do Pacífico, caminha pela “melhor trilha”.

Para ele, é necessário combater o “complexo de vira-lata” que se manifesta na ideia de o que sucesso se destina a acontecer “onde o país não está presente”.

Pedro Simon relembrou a criação do Mercosul, durante a presidência de José Sarney, a seu ver uma conquista das mais importantes do primeiro governo da Nova República. Porém, considerou que o bloco hoje está “patinando”.

O senador disse que havia a expectativa de que o Brasil aproveitasse a formação do novo bloco para jogar seu peso em favor da esperada integração continental.

Na avaliação de Francisco Dornelles (PP-RJ), o Mercosul deve continuar sendo a prioridade diplomática do país. Também minimizou as críticas ao Brasil pela falta de avanço em acordos de livre comércio com outros países e blocos — para ele, o mais importante é a qualidade dos acordos, não a quantidade.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), quanto às exportações, o país deve fugir do modelo de especialização em poucos produtos primários, dirigidos a poucos países.

Vai a Plenário acordo sobre ponte entre Brasil e Argentina

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem um projeto de decreto legislativo que confirma acordo feito entre Brasil e Argentina para construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu. O PDS 40/2013, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, segue agora

para votação no Plenário do Senado.

A ponte internacional ligará as cidades de Paraíso, em Santa Catarina, e San Pedro, na Argentina. O texto amplia a integração física entre os dois países com interconexão da rodovia BR-282, em área catarinense, com a Rodovia Nacional 14, na província

de Misiones, na Argentina. Segundo o acordo, os custos para elaboração dos estudos, projetos e da própria construção da ponte serão compartilhados entre Brasil e Argentina.

O acordo foi assinado pelos dois países em 31 de janeiro de 2011. Na CRE, a relatoria foi entregue a Luiz Henrique (PMDB-SC). Para ele, a ligação terrestre entre os países é uma questão vital para a economia regional e trará benefícios a iniciativas de integração do Brasil no âmbito do Mercosul.

— O incremento do fluxo comercial e das populações fica muitas vezes dificultado pela inexistência de ligações rodoviárias entre os dois países e pelas más condições das ligações hidroviárias — afirmou Luiz Henrique.

Aprovado tratado entre Brasil e Uruguai sobre transporte fluvial

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que trata de acordo entre Brasil e o Uruguai permitindo o acesso livre e não discriminatório de empresas mercantes aos mercados de ambos os países no transporte fluvial e lacustre realizado na Hidrovia Uruguai-Brasil. O PDS 41/2013 será encaminhado à promulgação.

Assinado em julho de 2010 pelo governo dos dois países, o acordo estabelece o alcance da hidrovia, as autoridades responsáveis, a previsão da adoção de medidas para facilitar a navegação comercial entre o Brasil e o Uruguai, além da criação de Secretaria Técnica integrada por funcionários dos

dois países para garantir a efetiva aplicação do acordo.

Também foi aprovado pelo Plenário o PDS 120/2013, que cria o cargo do alto representante-geral do Mercosul, “a ser ocupado por figura política destacada, que dará maior projeção ao bloco”.

O alto representante terá, entre outras atribuições, a de apresentar propostas para o fortalecimento do Mercosul em áreas essenciais ao processo de integração, coordenar a implementação do plano de ação para a conformação do Estatuto da Cidadania do Mercosul e representar o bloco em suas relações com outros países e organismos internacionais.



Relator do projeto, Luiz Henrique vê benefícios para as relações comerciais

Prazo de 35 anos para quitação de empréstimos do Banco da Terra

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura também libera financiamento para que um herdeiro possa adquirir área dos outros

O TRABALHADOR SEM-TERRA ou o pequeno agricultor que tomar recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, o chamado Banco da Terra, poderá ter 35 anos para quitar a dívida e não 20 anos, como prevê a lei em vigor. A ampliação do prazo está no substitutivo de Waldemir Moka (PMDB-MS) a projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposição (PLC 42/2012 — Complementar) segue agora para Plenário.

O texto aprovado também abre a possibilidade de uso dos recursos do Banco da Terra por agricultor familiar que herdar parte de uma propriedade rural e quiser comprar a área dos outros herdeiros. Esse é o objetivo do projeto original, apresentado pelo Executivo, mas o relator incluiu na proposta, entre outras medidas, a extensão do prazo de amortização dos financiamentos.

Moka disse considerar que a liberação de financiamento público para que um dos herdeiros possa adquirir fração ideal dos outros, que não

tenham interesse em manter a propriedade familiar, vai ajudar a impedir a fragmentação do imóvel rural, com a venda a terceiros. No entanto, ele explicou que entidades representativas de agricultores familiares apresentaram outras sugestões, acatadas no substitutivo.

Foi acolhida proposta de ampliação do tempo de carência para propriedades com atividades de retorno financeiro mais demorado, como o cultivo de café, de seringueira e o reflorestamento. A lei em vigor (Lei Complementar 93/1998) prevê carência de até 36 meses para

todas as propriedades, mas o relator sugere que seja de 60 meses “quando a atividade econômica e o prazo de maturidade do empreendimento assim exigir”.

Seguro

Outra modificação acolhida pela CRA foi a obrigatoriedade de seguro para cobertura de casos de invalidez ou morte de um dos titulares do contrato de financiamento, dando aos filhos, à viúva ou ao viúvo a possibilidade de manter a posse do imóvel e a atividade produtiva.

Também foi acatada sugestão

de Moka para que o teto de renda e de patrimônio que qualifica a família rural como beneficiária seja definido em regulamento.

Atualmente, a lei veda acesso ao Banco da Terra para as famílias com renda bruta anual superior a R\$ 15 mil e com patrimônio superior a R\$ 30 mil. Moka argumenta que os valores, fixados em 1998, estão defasados. Além disso, pondera que tratar da norma em regulamento permitirá que sejam consideradas as diferenças regionais na definição de fator de restrição, sem afetar os propósitos do programa.



Benedito de Lira (E) preside reunião da CRA em que projeto que amplia prazo para quitação de dívidas foi aprovado

Projeto que isenta inseminação artificial do ISS passa em comissão

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto de Romero Jucá (PMDB-RR) que isenta do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) as atividades de inseminação artificial, fertilização in vitro e similares. A proposta (PLS 94/2013 — Complementar) será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ser remetida à Câmara dos Deputados.

Na avaliação de Jucá, a fertilização dos rebanhos e a produção de embriões tem caráter nitidamente industrial. A fertilização de bovinos, ovinos e caprinos, por exemplo,

requer um processo que vai desde a coleta de óvulos até a produção e transferência de embriões. Para isso, são necessários laboratórios equipados com maquinários apropriados, de alta tecnologia e com grande número de insumos específicos para o desenvolvimento e transformação do material genético, disse o senador.

Também para o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), a atividade de inseminação artificial se enquadra na produção de bens e não deve estar sujeita à lei do ISS. A atividade, ressaltou, não pode ser considerada um serviço, uma vez que não se desvincula da entrega do

produto, obtido da transformação de sêmen e óvulos em embriões viáveis.

— A inseminação artificial, a produção in vitro e a transferência de embriões é uma engenhosa indústria, orientada à produção de um bem, no sentido econômico da expressão. De forma que se torna inevitável concluir que a atividade guarda as características essenciais dos processos industriais, no que se afasta da mera prestação de serviço, fato gerador da incidência do ISS — argumentou.

O projeto altera a lei que trata do ISS (Lei Complementar 116/2003). Gurgacz informou

que a contribuição da pecuária brasileira no produto interno bruto (PIB) está em torno de R\$ 112 bilhões. Na avaliação do relator, o setor merece “tratamento tributário mais racional” para que possa se desenvolver ainda mais, o que exige investimento em tecnologia.

— Não há pecuária moderna sem investimento consistente em tecnologia. A eficiência da pecuária nacional depende de bons pastos e de mecanização, não resta dúvida. No entanto, é impensável a sustentabilidade de sua competitividade sem o criterioso investimento no melhoramento genético dos rebanhos — observou.

Lídice da Mata pede políticas de combate à desertificação no Nordeste

Lembrando a recente passagem do Dia Mundial de Combate à Desertificação, em 17 de junho, Lídice da Mata (PSB-BA) pediu a instituição de políticas de combate à desertificação verificada no semiárido nordestino.

— São cerca de 36 milhões de habitantes em 1.200 municípios que convivem direta ou indiretamente com as graves consequências da estiagem prolongada, seja no meio urbano ou no meio rural e, pior, com a perspectiva de que tal

condição se perenize por meio do processo de desertificação dessas áreas — disse.

Lídice informou que, a cada ano, aumenta a área dos núcleos de desertificação intensa do semiárido nordestino. Ela explicou que cerca de 10% do semiárido já se encontra no estado de iminente deserto e a situação retira qualquer viabilidade produtiva nas lavouras e pastagens.

— Já passou da hora de dotarmos a região semiárida nordestina de uma verdadeira

política de desenvolvimento sustentável. Deve-se promover ações de convivência com o clima semiárido que compatibilizem, de maneira sustentável, o acesso e o uso consciente da água com os objetivos de desenvolvimento econômico regional — disse.

A senadora informou que a presidente Dilma Rousseff deve comparecer ao lançamento de um plano safra específico para o semiárido, hoje, em Salvador. Ela disse esperar que neste novo plano

safra do semiárido estejam contempladas ações que contribuam de forma eficaz para a recuperação e o fortalecimento da produção agrícola e dos rebanhos.



Segundo Lídice, 10% do semiárido já está em estado de iminente deserto



Proposta favorece a economia e a geração de empregos, diz Jayme

Jayme Campos defende 13º salário sem Imposto de Renda

Relator do projeto que propõe isenção do 13º salário no Imposto de Renda, Jayme Campos (DEM-MT) defendeu em Plenário, ontem, a aprovação do texto (PLS 266/2012) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, de Lobão Filho (PMDB-MA), foi aprovada quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora segue para votação final na CAE.

— O 13º salário, ao acelerar a economia, propicia ambiente favorável para a geração de empregos — afirmou Jayme.

O senador destacou a contribuição da chamada gratificação natalina para o trabalhador pagar contas, impostos e comprar o material escolar dos filhos no início do ano.



Eduardo Suplicy fala hoje na Escola Dieese de Ciências do Trabalho

Suplicy anuncia palestra sobre renda básica de cidadania

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que fará palestra sobre renda básica de cidadania na Escola Dieese de Ciências do Trabalho, em São Paulo, hoje. A escola é vinculada ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Suplicy lembrou que a ideia da renda básica de cidadania levou em conta fatores, eventos e registros históricos como o pensamento dos filósofos Confúcio e Aristóteles e fundamentos do Alcorão, da Bíblia e do Budismo.

— Também vou falar sobre a evolução do Bolsa Família e como esse programa pode ser visto como um passo para, um dia, chegarmos à renda básica de cidadania — declarou.